



GEOGRAFIA E O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL

GEOGRAPHY AND THE TEACHING OF ETHNIC - RACIAL RELATIONS IN BASIC EDUCATION

Lucas Ribeiro da Silva – UEMA – Imperatriz – Maranhão – Brasil

luucas.ribeiros@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo discute a importância do ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas, em particular, com vistas de compreender o papel da geografia escolar engajada na defesa dos povos afrodescendentes, enquanto agentes participantes do processo de formação da sociedade brasileira, desmistificando a ideia de inferioridade e lutando contra qualquer manifestação de preconceito. Dessa forma, a melhor saída deve ser através da educação, com a criação de propostas metodológicas a serem inseridas no currículo escolar e debates constantes sobre a temática, na tentativa de instruir as crianças e adolescentes a terem um posicionamento mais crítico para com as relações étnico-raciais e assim aprenderem a respeitar e conviver com as diferenças.

Palavras-chave: Geografia. Ensino. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT:

This article discusses the importance of the teaching of Afro-Brazilian History and Culture in schools, in particular, with a view to understanding the role of school geography engaged in the defense of afrodescendant peoples, as agents involved in the formation process of Brazilian society, demystifying the idea of inferiority and fighting against any manifestation of prejudice. Thus, the best way out should be through education, with the creation of methodological proposals to be inserted in the school curriculum and constant planning on the theme, in an attempt to instruct children and adolescents to have a more critical position towards ethnic relations and learn to respect and live with differences.

Keywords: Geography. Teaching. Ethnic-racial relations.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo aborda aspectos essenciais da geografia como disciplina que contribui à formação de cidadãos críticos, com ampla visão de mundo e capazes de refletir sobre assuntos pertinentes da atualidade. Por meio deste, buscamos compreender o papel da ciência geográfica, engajada na defesa das relações étnico-raciais, por meio dos processos de ensino-aprendizagem.

O motivo para a escolha da temática a ser estudada, se deu pelo fato de perceber que no nosso cotidiano estabelecemos contatos com diversos segmentos sociais e que muitas das vezes tal situação permite a construção de estereótipos e estigmas raciais, que, por conseguinte, acabam gerando uma corrente de preconceito e que facilmente são disseminadas no contexto escolar.

Descolonizar o saber é tarefa primordial na luta contra o preconceito racial e não existe saída melhor do que iniciar essa tarefa por meio da educação, visto que é através do ensino que se pode chegar a uma sociedade igualitária e tolerante. Atrelado a esse fato, surgiu o interesse em contribuir com um estudo que retrate a assunto e as formas de eliminá-lo não somente das escolas, mas também do nosso convívio.

Além da aptidão pessoal que sempre se teve com a temática, houve ainda, o desejo de contribuir com um estudo acerca da importância do negro na formação histórica do Brasil, tendo em vista que esse desempenhou e desempenha um importante papel no processo de construção da sociedade brasileira.

Compreendemos que a metodologia nos estudos de natureza científica se constitui mediante a adoção de abordagens teóricas que são condizentes aos processos de investigação desenvolvidos pelo pesquisador. Ao considerar estes aspectos, optamos em utilizar a pesquisa bibliográfica, por essa permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que se poderia pesquisar diretamente (GIL, 2010, p.15). Além disso, trabalhamos com os seguintes procedimentos: sessões de estudo, elaboração de fichamentos e organização da estrutura do artigo.

Estes instrumentos metodológicos foram essenciais para o processo de desenvolvimento desta investigação, pois possibilitou responder as questões

levantadas na problematização do estudo e forneceram as direções adequadas para a compreensão da importância da inserção do tema relações étnico-raciais no currículo escolar.

Para tanto, foram elaboradas algumas questões norteadoras, para melhor compreender o objeto estudado. São elas: Como as escolas de ensino fundamental vêm trabalhando a temática em seu contexto escolar? De que forma o livro didático de geografia do ensino fundamental trabalha o tema? Qual a abordagem vem sendo utilizada pelo(s) professor(es) em sala de aula?

Com intenção de responder as indagações antes apresentadas neste artigo, é necessário enfatizar os objetivos que serviram de suporte à elaboração deste estudo, já que são de suma importância para o processo de pesquisa. São eles: Compreender o papel da geografia no trabalho cotidiano com a temática da cultura afro-brasileira; Analisar a forma na qual os livros didáticos abordam este tema; Averiguar a abordagem que vem sendo atribuída a assuntos afro-brasileiros em sala de aula.

Este estudo tem caráter primordial no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista sua relevância, à medida que criar métodos e técnicas que propiciem o trabalho constante com o negro e as relações étnico-raciais no ambiente escolar se torna uma tarefa árdua, porém indispensável. Além disso, o presente artigo ajuda na prática da conscientização dos alunos em torno do respeito e tolerância, além do exercício de cidadania.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A forma como o ensino da história e cultura africana tem sido abordada nas escolas do Brasil, pode ser explicada através do processo histórico de formação da sociedade brasileira. Já que nesse sentido, sempre tentou-se ocultar a matriz africana do contexto escolar.

Dessa forma, criou-se o discurso de inferioridade para o continente africano, na qual toda sua relevância para o contexto de formação da sociedade brasileira é perdida e os efeitos gerados por meio dessa atitude reflete a reprodução de discursos discriminatórios, preconceituosos e principalmente racistas. Sobre este fato Lima (2004) pondera:

No espaço educacional a África é vista muitas vezes apenas como a terra da macumba, da capoeira e do tambor, é preciso libertar-se dessa imagem folclórica do negro no Brasil e dessa concepção escravista criada por antigos historiadores, considerando a extensa participação africana no processo de formação do país. (LIMA, 2004, p. 85).

Em outras palavras, esse discurso acaba influenciando na forma de pensar dos alunos, sendo que estes o reproduzem no ambiente escolar e até mesmo fora dos muros da escola. Por muitas vezes refletindo na personalidade e no comportamento do educando.

Se formos analisar os livros didáticos de geografia do ensino fundamental, iremos perceber que o continente Africano é representado geralmente por pobreza, guerras civis, exclusão social, econômica e tecnológica. Nesta linha de pensamento, Diniz (2009) enfatiza:

Desta forma, a África é vista enquanto locus da não civilidade, do não desenvolvimento, da fome, da miséria, dos conflitos entre etnias rivais, doenças como AIDS, da desnutrição, do imobilismo, do não histórico, do exótico, do selvagem. Tais formulações irão cristalizar, conseqüentemente, a imagem atribuída aos africanos: seus saberes, técnicas e culturas são vistas como manifestações folclóricas e populares; suas relações sociais são vistas como tradicionais e não complexas; são vistos como o outro, o estranho, o negro, o demoníaco, o feiticeiro, o antropófago, o escravo, o primitivo, o selvagem, o inferior, o tribal. (DINIZ, 2009, p. 04).

É diante desse quadro de total exclusão, que a geografia se insere como uma disciplina que trabalha o conceito de diversidade cultural e respeito às diferenças étnico-raciais. Contribuindo no sentido de reduzir ou superar por completo relacionamentos racistas inseridos na sociedade, formando cidadãos capazes de conviver em coletividade, respeitando esta diversidade.

A LEI N° 10.639/03 E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

“Os negros no Brasil têm passado por uma miríade de dificuldades na área educacional. Eles lideram as estatísticas em matéria de evasão escolar, repetência e analfabetismo”

(DOMINGUES, 2007)

A presente lei é resultado de muitas lutas realizadas pelo Movimento Negro no Brasil, com a finalidade de combater o preconceito racial muito existente na sociedade brasileira e de posicionar o negro no contexto escolar.

Diante desse cenário de luta contra a exclusão e marginalização do povo negro, em janeiro de 2003 foi instituída a lei de nº10.639, que alterou a antiga lei nº9.394/96, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A lei diz que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003, p. 01).

Os povos afro-brasileiros já vinham lutando pelo seu reconhecimento e valorização, buscando sua afirmação por meio de diversos Movimentos Sociais. E a implementação dessa lei veio firmar e assegurar o resgate da história e da cultura africana, ajudando a reconhecer assim a sua identidade étnica. Embora, esta pluralidade étnica cultural que historicamente caracteriza o Brasil nem sempre é reconhecida. Conforme Fernandes (2005):

Apesar desse fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços. Nesse sentido, uma análise mais apurada da história das instituições educacionais em nosso país, por meio dos currículos, programas de ensino e livros didáticos mostra uma preponderância da cultura dita “superior e civilizada”, de matriz europeia. (FERNANDES, 2005, p. 379).

Se de um lado a escola nega a participação do negro no processo de transformação histórica do Brasil e menospreza essa diversidade no contexto escolar, certamente estará legitimando ações discriminatórias. Diante disso, é necessário reforçar os debates em torno dessa identidade. De acordo com Munanga e Gomes (2006):

A identidade é para os indivíduos a fonte de sentido e experiência...É necessário que a escola resgate a identidade dos afro-brasileiros. Negar qualquer etnia, além de esconder uma parte da história, leva os indivíduos à sua negação. (MUNANGA E GOMES, 2006, p. 18).

Acredita-se que esta lei é de suma importância para a valorização das relações étnico-raciais em sala de aula, contudo, é importante ressaltar que nem todas as instituições de educação básica têm a preocupação de inseri-la no currículo letivo, ou muitas das vezes, seus profissionais não possuem a devida capacitação necessária para o trabalho desta temática. Diante desta assertiva, Oliva (2006) fala:

Podemos afirmar, sem maiores temores, que um dos principais problemas que atingem o enfoque da história Africana nas salas de aula é a formação “inadequada” dos professores que atuam nos Ensino Fundamental e Médio. [...] Outros professores, diante da impossibilidade de ministrar todos os tópicos dos programas, consideram o tema de menor importância, deixando de lado os capítulos sobre a África presentes nos livros didáticos. (OLIVA, 2006, p. 05)

Dessa forma, cumpre também destacar o papel das IES (Instituições de Ensino Superior) em promover debates acerca da temática, visto que muitas das vezes passa despercebida nas grades curriculares de diversos cursos de licenciaturas. Lembrando que serão esses professores os propagadores da importância do estudo das relações étnico-raciais e da aplicabilidade da lei. Nessa direção, Costa & Dutra (2009) falam:

São esses os responsáveis pela aplicação direta da Lei e a forma na qual eles exercem esta função de aplicadores desta normativa interfere no pensamento crítico e nas visões de mundo eurocêntricos que hoje existem no mundo da educação e que o alunado acaba representando na sociedade na qual ele está inserido. (COSTA & DUTRA, 2009, p. 06).

Esta jamais será uma tarefa fácil, pois o trabalho desta lei não depende apenas dos professores e demais membros da escola e sim da mobilização conjunta da sociedade, fazendo com que haja realmente o reconhecimento e o respeito do povo negro.

Portanto, o trabalho de conteúdos contendo a história e cultura africana se torna uma ferramenta de transformação social, e é isso que a lei busca. Cumpre destacar que as diferentes disciplinas do currículo escolar na educação básica devem prestar o papel de afirmação dessas relações étnico-raciais nas escolas.

O PAPEL DA GEOGRAFIA NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA

“O(a) professor(a) ao trabalhar com a temática cultura afro-brasileira deve atentar para não reproduzir a idéia de inferioridade da África, dos africanos e dos negros brasileiros.”

CHAGAS (2008)

Trabalhar com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana requer do educador, em especial o de geografia, muita criatividade na escolha do material didático, para não reproduzir através destes, ainda mais o racismo, muitas vezes presentes nos livros didáticos.

E ao se falar na escola como formadora de cidadãos, não se pode negar a importância da geografia, enquanto disciplina que permite o conhecimento e análise do espaço onde ocorrem tais acontecimentos. É necessário desmistificar a ideia de que o papel da geografia é somente conhecer países e mapas, pelo contrário, ela tem a função de antes de tudo, formar cidadãos críticos. Nesse sentido, Costa & Dutra (2009) ressaltam:

A Geografia tem fundamental importância no processo de entendimento de mundo. O ensino analítico desta ciência é o caminho para a desconstrução destas formas hierarquizantes e preconceituosas de enxergar o mundo. Consideramos que a Geografia está pautada na ideia do aprendizado e entendimento para que o alunado tenha subsídios cabíveis para conhecer e posicionar-se no mundo. Construir essas possibilidades tanto para quem ensina quanto para quem aprende é um exercício reflexivo de inserção de humanidade na educação. Para posicionar-se no mundo o indivíduo precisa conhecê-lo. Através do estudo da Geografia é preciso abordar o continente africano não apenas pela descrição do espaço ou pela historicidade dos acontecimentos na África pela visão do europeu. (COSTA & DUTRA, 2009, p. 08).

Dentro dessa realidade, a geografia contribui para a inserção do indivíduo no meio sócio-espacial, ou seja, no espaço produzido pelas relações sociais, permeada de construções histórico-culturais da sociedade. Diante disso, é interessante trabalhar as rugosidades da sociedade brasileira. Nessa direção Santos (2014) fala:

A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das

diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal. (SANTOS, 2014, p. 36).

Um dos primeiros caminhos a serem trilhados para tentar mudar essa realidade, é a inclusão efetiva desses conteúdos nos currículos das escolas, onde todos os professores juntamente com os demais componentes do corpo pedagógico irão decidir a melhor forma de se trabalhar tal temática com os alunos, reconhecendo a diversidade existente no Brasil. Sobre isso, Moreira & Candau (2006) falam:

Cabe evitar qualquer caráter exótico às manifestações culturais de grupos minoritários [...] para que se compreendam e acentuem avanços, dificuldades e desafios. Líderes desses grupos podem ser convidados a participar das atividades. Exposições e cartazes podem ilustrar trajetórias e conquistas, [...] estamos sugerindo que se explorem e se confrontem perspectivas, enfoques e intenções, para que possam vir à tona propósitos, escolhas, disputas, relações de poder, regressões, silenciamentos, exclusões. (MOREIRA & CANDAU, 2006, p. 33).

Como dito antes, a escola tem o papel de inserir o aluno na sociedade, construindo valores e identidades igualitárias, tendo assim a responsabilidade de formar o cidadão crítico e tolerante com os outros. Dessa forma, destacamos o (Quadro I), elaborado pela SECAD (Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) que nos mostra os papéis de todos os sujeitos envolvidos neste processo de combate ao preconceito racial nas escolas.

Quadro I – Ensino Fundamental e Diversidade étnico-Racial.

PAPÉL DA ESCOLA	-Espaço privilegiado de inclusão, reconhecimento e combate às relações preconceituosas e discriminatórias. Apropriação de saberes e desconstrução das hierarquias entre as culturas.
PAPÉL DO/A PROFESSOR/A	-Sujeito do processo educacional ao mesmo tempo aprendiz da temática e mediador entre o/a aluno/a e o objeto da aprendizagem, no caso, os conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana.
ESTUDANTE	-Sujeito do processo educacional que vive e convive em situação de igualdade com pessoas de todas as etnias.
CURRÍCULO	-Que contemple a efetivação de uma educação que respeite as diferenças. Tratar a questão racial como conteúdo multidisciplinar durante todo o ano letivo, estabelecendo um diálogo permanente entre o tema étnico-racial e os demais conteúdos trabalhados na escola.

Fonte: SECAD, 2006.

Como em qualquer outra disciplina, o uso de instrumentos didáticos é de grande importância. Trabalhar com imagens é uma boa alternativa, pois assim, pode-se desmistificar a ideia de que o Continente Africano é apenas local de pobreza e sofrimento.

A utilização de músicas, filmes, documentários, charges, etc; nas aulas também podem ser uma ótima saída, já que por meio destes e da forma lúdica na qual o professor irá trabalhá-los. Os alunos podem apreender com maior clareza os estigmas e valores históricos e culturais deixados pelo povo africano para nosso país.

De acordo com documentos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2005), a escola precisa avançar na articulação da lei e seus princípios, com a prática do dia a dia das escolas. Nessa perspectiva, a SEED apresenta algumas sugestões de atividades que podem ser trabalhadas em sala, tais como:

Ações que propiciem o contato com a cultura africana e afro-descendente, culminando em desfiles, exposições, mostras de teatro e dança, por meio dos quais sejam apresentados penteados, vestimentas, adereços, utensílios, objetos e rituais resultantes desse processo. Discussões e atividades que tenham como foco a criança e o jovem negro, a sua família em diferentes contextos sociais e profissionais, para a valorização da diversidade étnica brasileira. Pesquisas e debates sobre o espaço dos afrodescendentes e de sua cultura nos meios de comunicação de massa. (SEED, 2005, p. 36).

Com tantos espaços para a realização de trabalhos e sugestões de atividades, só depende do interesse do professor e boa vontade da escola de forma geral, buscarem aplicar alguma destas sugestões sobre a história e cultura afro nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente artigo consideramos que a inserção da temática afro-brasileira no currículo escolar, contribui para uma melhor aproximação da cultura negra com a realidade da sociedade brasileira, ajudando a derrubar o discurso deturpado de que a África é apenas um continente de opressão e exploração.

Atualmente existe uma carência de um olhar geográfico mais crítico por parte dos alunos com a realidade do mundo, e cabe ao professor trabalhar no incentivo a

essas crianças e jovens. Construindo assim, um espaço educacional que revele aos alunos a importância de ver ao outro como semelhante.

Esperamos que as escolas trabalhem a influência que a cultura africana traz para a sociedade, gerando meios para que se possam resgatar as memórias e as histórias desse povo, que estão presentes em nossa sociedade e em nossas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003.

BRASIL, MEC. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CHAGAS, Waldeci. Formação docente e cultura afro-brasileira. **Revista África e Africanidades** - Ano I - n. 3 - Nov. 2008.

COSTA, Raphael Luiz Silva da; DUTRA, Diego França. A lei 10.639 e o ensino de geografia: representação dos negros e África nos livros. In: ____ **X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**, 2009.

DINIZ, F. O. O uso de filmes no ensino de geografia: uma discussão sobre a representação da África. In: ____ **X Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro e educação: alguns subsídios históricos. In: MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice. **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.369/03**. São Cristóvão. Editora UFS, 2007.

FERNANDES, José R. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Campinas: CEDES, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, Mônica. A África na sala de aula. **Revista Nossa História**. Ano 1, n. 4, Fevereiro, 2004.

MOREIRA, Antônio F. B; CANDAU, Vera M. **Currículo, conhecimento e cultura**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica (MEC), 2006.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Editora Global, 2006.

OLIVA, A. R. A história Africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências. **Estudos AfroAsiáticos**, Ano 28, nº 1/2/3, Jan./Dez. de 2006.

PARANÁ, SEED. **Cadernos temáticos**: inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares/ Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Lucas Ribeiro da Silva – Graduado em Geografia através da Universidade Estadual do Maranhão/Centro de Estudos Superiores de Imperatriz – UEMA/CESI. Pós-graduando em Gestão e Educação Ambiental pela Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco – FAPAF.

Recebido para publicação em 30 de novembro de 2017.

Aceito para publicação em 17 de dezembro de 2017.

Publicado em 18 de dezembro de 2017.